**PERCURSO DA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA: UM OLHAR PARA AS ESCOLAS-PILOTO**

*Lucélia Izabel Fraga Krelling[[1]](#footnote-2)*

*Jane Mery Richter Voigt[[2]](#footnote-3)*

**Eixo Temático: Políticas Públicas e Currículo**

Diante da reforma curricular do Ensino Médio estabelecida pela lei 13.415/2017, cada estado da federação construiu o seu currículo. Ao voltar olhares para o estado de Santa Catarina, é necessário compreender o processo de implementação da reforma. Portanto, o objetivo desta comunicação é apresentar análises sobre o processo que orientou implementação do Novo Ensino Médio - NEM nas escolas-piloto em Santa Catarina, identificando estratégias e desafios que envolvem essa reforma curricular. Este trabalho vincula-se a uma pesquisa de Mestrado em Educação. De abordagem qualitativa, a pesquisa conta com um estudo documental que explora documentos orientadores para a implementação do NEM em escolas-piloto e produções acadêmicas sobre o tema. As análises contam com referenciais teóricos do currículo e das políticas curriculares. Conforme Silva, Possamai e Martini (2021), para a escolha das 120 escolas-piloto que implementaram a reforma do NEM em Santa Catarina utilizaram-se critérios como: obrigatoriedade de 30% das escolas que ofertavam EMITI; escolas que já cumpriram jornada diária de cinco horas e escolas que preferencialmente tivessem participado do Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI. Após a adesão das 120 escolas do estado, realizou-se uma web conferência, organizada por técnicos da SED/SC (SANTA CATARINA, 2019a), com coordenadores, redatores e articuladores da Base nacional Comum Curricular – BNCC do Ensino Médio e com os diretores e professores das 120 escolas-piloto, objetivando apresentar os marcos legais e as principais alterações do NEM. Dentre as ações imprescindíveis para possibilitar a implementação do NEM em 2019 e 2020 destacam-se: construção do plano de implementação do NEM; realização de formação continuada; reelaboração de propostas curriculares; definição da carga horária para no mínimo 1000 horas anuais. Em agosto de 2019 realizou-se a Primeira Reunião Técnica em Chapecó, evento presencial para repasse de informações e procedimentos técnicos administrativos para compor a equipe escolar. Na falta de profissionais, deveria ser realizado um reordenamento, seguindo os trâmites da SED/SC (SANTA CATARINA, 2019b). A necessidade de um reordenamento dos docentes indica que poderá haver dificuldades em compor o corpo docente nas escolas. Os gestores foram orientados a procurar entidades comerciais e industriais de cada município, das escolas técnicas e universidades/faculdades de sua região, objetivando diagnosticar as demandas regionais. Esses encaminhamentos denotam, a intenção de utilizar o aparato estatal para formação de mão de obra para o setor privado e a forte influência do empresariado catarinense na implementação da reforma (SILVA; POSSAMAI; MARTINI, 2021). Assim, “corremos o risco de uma educação pública precarizada, o que abre portas para as parcerias público-privadas ou mesmo para a privatização da educação, hoje frequentes no cenário nacional e internacional” (VOIGT; MORGADO, 2019, p. 1674). Finalizados os encaminhamentos, foi apresentado o modelo de oferta o NEM em Santa Catarina. Além da redução gradativa da formação geral básica, parte da carga horária poderá se cursada em instituições parceiras, incluindo a possibilidade de parcerias público-privadas na oferta da parte flexível do currículo. Para concretizar esse modelo de oferta, os gestores deveriam buscar o apoio de universidades e parceiros locais (SANTA CATARINA, 2019b). Esses encaminhamentos indicam que reformas curriculares, na maioria dos casos, servem para melhor ajustar o sistema escolar às necessidades sociais e econômicas, e não para que sejam uma possibilidade de transformação da realidade (SACRISTÁN, 2017). Outro alerta, foi a orientação de que a escola escolherá o professor que ministrará o componente Projeto de Vida e a ampliação da carga horária para atividades artísticas e/ou culturais. A valorização da parte flexível em detrimento aos conteúdos de formação básica representará relevante diminuição do direito à educação, sendo que restringe o acesso aos conhecimentos básicos das diferentes áreas, indicando que a base não garante a Educação Básica (SILVA; POSSAMAI; MARTINI, 2021). Nesse processo de implementação do NEM nas escolas-piloto de Santa Catarina observa-se desafios como a garantia da formação básica aos estudantes; necessidade de docentes para atuar na parte flexível; oferta de formação continuada aos docentes; superação da forte inclinação para uma formação pragmática, atendendo aos ditames do mercado e a adequação da infraestrutura das escolas. Se não houver uma atenção especial a esses desafios, nem todos os jovens terão as mesmas oportunidades, o que pode aumentará a desigualdade de acesso e de formação de qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE**: Currículo. Política Curricular. Novo Ensino Médio.

**Referências**

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Penso Editora, 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. **Educação discute Novo Ensino Médio com gestores de escolas estaduais em Santa Catarina**.2019a. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/30353-educacao-discute-novo-ensino-medio-com-gestores-de-escolas-estaduais-de-santa-catarina>. Acesso em: 21de fev. 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. **Apresentação utilizada nessa Primeira Reunião Técnica (Chapecó)**. 2019b. Disponível em: <http://ceduphh.com.br/novo_ensino_medio/Arquvos/Novo_Ensino_Medio_catarinense.ppt> Acesso em: 19 fev.2022.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; POSSAMAI, Tamiris; MARTINI, Tatiane Aparecida. A reforma do Ensino Médio em Santa Catarina: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 58-81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47398> Acesso em 13 abr. 2022.

VOIGT, Jane Mery Richter; MORGADO, José Carlos Bernardino. Políticas curriculares para o ensino secundário/ensino médio em Portugal e no Brasil. Revista e-Curriculum, v. 17, n. 4, p. 1665-1683, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/40533> Acesso em: 13. abr. 2022.

1. Acadêmica do Curso de Pós-graduação Mestrado em Educação, da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

   E-mail: [luceliakrelling@hotmail.com](mailto:luceliakrelling@hotmail.com) [↑](#footnote-ref-2)
2. Professora Orientadora Curso de pós-graduação Mestrado em Educação, da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

   E-mail: [jane.mery@univille.br](mailto:jane.mery@univille.br)

   Agências de Fomento: Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville – FAP/UNIVILLE. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

   [↑](#footnote-ref-3)